

ENSINO TÉCNICO AGROPECUÁRIO E O MERCADO DE TRABALHO¹

Regina Petti²

1 - INTRODUÇÃO

A rapidez na substituição de tecnologias de produção, que caracteriza a nova configuração imposta pela ordem econômica mundial, exige igual rapidez e adequação de políticas de formação de recursos humanos (GUIA, s.d.). Essa foi a justificativa para a reforma nas bases legais da educação profissional do Brasil, aprovada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei 9394/96) regulamentada pelo Decreto 2208/97.

Na seqüência, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério do Trabalho (MTb), lançou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) para por em prática as diretrizes legais então vigentes.

Entre as ações do PROEP estão os estudos de mercado para a construção de currículos sintonizados com o mundo do trabalho e com os avanços tecnológicos. A pedido do MEC, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) realizou estudos em quase todas as Unidades da Federação, disponíveis no *site* do MEC (MINISTÉRIO, 2004a). Nesse contexto, em 2003, o SEADE estabeleceu uma parceria com o Instituto de Economia Agrícola (IEA) para analisar o mercado de trabalho rural e do agronegócio das regiões definidas para oito escolas técnicas agropecuárias do Estado de São Paulo (sete vinculadas ao Centro Paula Souza).

O objetivo do projeto "Estudos de mercado de trabalho como subsídios para a reforma da educação profissional no Estado de São Paulo" foi traçar um perfil da estrutura produtiva da

agropecuária do Estado de São Paulo, de forma regionalizada, para a reformulação da educação profissional.

As demandas do setor produtivo levantadas através deste estudo serão analisadas a seguir, tendo como contraponto as diretrizes traçadas pela atual legislação e a proposta de mudança no decreto que regulamenta o ensino profissional apresentado pelo próprio MEC em 2004.

2 - PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PROEP)

Um dos principais objetivos do PROEP é o desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender em um mundo de mudanças rápidas. Sendo assim, o sistema de educação profissional não atuaria em substituição ao Sistema de Ensino Básico, mas agiria conjuntamente, buscando oferecer ao aluno as habilidades necessárias para o exercício da cidadania e para o seu desenvolvimento técnico profissional (GUIA, s.d.).

Os objetivos primordiais do PROEP são (GUIA, s.d.):

- 1) Ampliação e diversificação da oferta de cursos, nos níveis básico, técnico e tecnológico. O ensino básico é uma modalidade de educação não formal destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia. O ensino técnico destina-se a alunos matriculados ou egressos do ensino médio e o tecnológico corresponde a cursos de nível superior.
- 2) Separação formal entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.
- 3) Desenvolvimento de estudos de mercado para a construção de currículos sintonizados com o mundo do trabalho e com os avanços tecnológicos.
- 4) Ordenamento de currículos sob a forma de módulos.
- 5) Acompanhamento de desempenho dos formandos no mercado de trabalho, como fonte contínua de renovação curricular.

¹Este trabalho faz parte da pesquisa NRP 1381, cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais dos Agronegócios (SIGA). A autora agradece ao relator as críticas e sugestões.

²Engenheira Agrônoma, Pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola, Mestre, Coordenadora do trabalho de campo do estudo do mercado de trabalho rural do Projeto Estudos de Mercado de trabalho como subsídios para a reforma da educação profissional no Estado de São Paulo, desenvolvido em 2003 em parceria com o SEADE, no âmbito do PROEP.

6) Reconhecimento e certificação de competências adquiridas dentro e fora do ambiente escolar. Ou seja, um trabalhador que tenha as competências necessárias ao exercício de sua profissão, independente de tê-las obtido na escola ou fora dela, poderá submeter-se a um exame para receber um certificado que reconheça sua competência em disciplinas, módulos ou até mesmo na totalidade do curso, com a ressalva de que a habilitação como técnico requer a conclusão do ensino médio.

7) Criação de um modelo de gestão institucional inteiramente aberto.

O PROEP atua através de três subprogramas:

- 1) Transformação das instituições federais de educação tecnológica em centros de ensino, pesquisa e estudo relacionados com trabalho, emprego e educação, para que possam irradiar seus conhecimentos e experiências às redes estaduais, municipais e privadas, visando se constituir em verdadeiros centros de referência. Para tanto, o PROEP previa o financiamento de obras de ampliação, aquisição de equipamentos, capacitação de professores, introdução de novos modelos de gestão escolar e desenvolvimento técnico-pedagógico.
- 2) Reordenamento dos sistemas estaduais de educação profissional visando a reestruturação do subsistema profissional estadual e redefinição do ensino em função do papel que as escolas existentes desempenham. Nesse sentido, enfatiza a compatibilização da oferta com as reais demandas do mercado de trabalho, bem como busca evitar duplicidade e paralelismo nas ações que envolvem instituições afins, delimitando papéis e definindo funções específicas a cada uma delas. Visa também estimular e financiar a criação de redes de educação estadual.
- 3) Expansão e atendimento do segmento comunitário, entendido como entidades representativas da sociedade civil organizada que pretendem atuar na área de educação profissional (sindicatos, instituições privadas sem fins lucrativos e prefeituras). Tal segmento é considerado um dos vetores estratégicos para a expansão do ensino profissional no País, com recursos disponibilizados a fundo perdido.

Atualmente, estão em andamento 236 projetos, num montante de R\$546.280.262,00, sendo 23% alocados nos 58 projetos federais;

35% nos 87 projetos estaduais e 42% nos 91 projetos voltados para o segmento comunitário. A distribuição entre as Unidades da Federação está apresentada na tabela 1.

3 - METODOLOGIA

O método utilizado, descrito em Petti et al. (2004), foi desenvolvido de forma a dar especial ênfase às tendências mais recentes na realocação regional das explorações agropecuárias, ao uso de tecnologias e da força de trabalho, aos problemas ambientais relacionados e às atividades rurais não agrícolas desenvolvidas no meio rural.

Tais tendências não foram exploradas exclusivamente como um objeto de estudo em si, mas como elementos para a discussão do papel do técnico de nível médio e das escolas técnicas no desenvolvimento das atividades produtivas, utilizando-se tanto da abordagem setorial como da regional.

O trabalho foi baseado em entrevistas com pessoas escolhidas intencionalmente. Foram utilizados dados secundários, informações e análises de publicações especializadas, de revistas e jornais, a fim de formar um primeiro escopo de informações, tendências e hipóteses que deram a base para orientar a escolha de agentes entrevistados.

Foram selecionadas pessoas envolvidas com: os setores mais dinâmicos da agropecuária, as novas atividades rurais, assistência técnica e pesquisa, as questões ambientais e as diversas entidades de representação.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro básico aplicado de forma adaptada aos agentes e às regiões.

As questões do roteiro aplicado foram agrupadas em blocos, a saber:

- a) delimitação das regiões;
- b) dinâmica das atividades agropecuárias nas regiões;
- c) dinâmica das atividades rurais não agrícolas nas regiões;
- d) meio ambiente;
- e) demanda por mão-de-obra nas regiões e nas atividades; e
- f) escolas técnicas.

O cruzamento de informações qualitativas e quantitativas teve por objetivo compreender as principais transformações ocorridas na estrutu-

TABELA 1 - Número de Projetos em Andamento Aprovados pelo PROEP, 2004

Unidade da Federação	Federal	Estadual	Segmento comunitário	Total
Acre	-	3	-	3
Alagoas	2	1	1	4
Amapá	-	3	-	3
Amazonas	2		2	4
Bahia	1	3	5	9
Ceará	3	4	2	9
Distrito Federal	-	5	2	7
Espírito Santo	2	2		4
Goiás	3	7	1	11
Maranhão	1	2	-	3
Minas Gerais	8	4	13	25
Mato Grosso	3	7	1	11
Mato Grosso do Sul	-	1		1
Pará	1	7	2	10
Paraíba	1	0	1	2
Paraná	4	4	5	13
Pernambuco	3	3	3	9
Piauí	2	2	1	5
Rio de Janeiro	6	3	1	10
Rio Grande do Norte	1	1	1	3
Rondônia	1	2	1	4
Roraima	1	-	-	1
Rio Grande do Sul	6	5	10	21
Santa Catarina	2	4	8	14
Sergipe	1	2	-	3
São Paulo	3	10	31	44
Tocantins	1	2	-	3
Total	58	87	91	236

Fonte: Ministério, 2004b.

ra produtiva e ocupacional dos setores produtivos do campo, em especial as suas tendências mais recentes.

4 - AVALIAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO

As grandes cadeias agroindustriais são importantes empregadoras e requerem um técnico com boa formação básica e eclética. Elas são organizadas, importam tecnologias ou as desenvolvem em parcerias com as universidades. Quanto mais a tecnologia e os sistemas de gestão e informática são desenvolvidos de forma endógena, mais as empresas aplicam o enfoque da educação corporativa (SISTEMA, 1999), em que os treinamentos são realizados por elas próprias ou por instituições especializadas, como Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que po-

dem adaptar os cursos às corporações.

O perfil eclético do profissional, que saiba operar as técnicas com eficiência e entendimento dos seus princípios, é também o mais adequado para a agricultura familiar, pois a pequena propriedade caracteriza-se pela presença de diversas atividades, exigindo do técnico uma visão sistêmica, que considere a multifuncionalidade do espaço rural, dando-lhe organicidade regional. Porém, a pequena unidade produtiva com trabalho familiar, embora necessite muito de técnicos agropecuários, tem grande dificuldade em ter acesso aos seus serviços³.

Assim, o perfil do técnico, com uma boa formação básica e com a prática desenvolvida ao longo dos três anos de trabalho na escola,

³Nesse sentido, vale lembrar que há anos não é realizado concurso para técnico de nível médio nos órgãos públicos de extensão rural.

nos moldes anteriores ao ensino modular, mostrou-se adequado para o crescimento dos profissionais nas empresas, especialmente naquelas nas quais se estimulam a continuidade dos estudos e também a formação de lideranças locais, como se verificou no oeste paulista. Dessa forma, alguns entrevistados consideram que os alunos formados antes da separação do ensino médio e do técnico se saíram melhor no mercado de trabalho.

O tempo de permanência na escola ficou reduzido com a separação do ensino médio e do técnico, diminuindo o número de alunos internos. As atividades que eram realizadas na escola são, em parte, compensadas pelos projetos desenvolvidos em parcerias e pela prática da reflexão a partir da realidade local. O maior contato da escola com os produtores - através de cursos de qualificação, dos projetos desenvolvidos pelos alunos e das parcerias - fortalece a escola à medida que aumenta a adequação de cursos e práticas, cria interesse local na continuidade e fortalecimento das escolas e de seus projetos e promove uma abertura para a adoção de inovações técnicas, organizacionais e associativas, além da maior aceitação, pelos pais, das sugestões trazidas por seus filhos formados. Com isso, em algumas regiões, os produtores ficam mais motivados a encaminhar seus filhos para as escolas técnicas. Além disso, a qualificação e a reprofissionalização voltadas ao produtor rural, independente de escolaridade prévia, respondem a demandas locais, integrando o produtor e difundindo tecnologias. O ensino modular viabilizou o acesso a alunos que já cursaram o nível médio e a possibilidade de eles se formarem em mais de uma especialização, assim como a reciclagem do seu conhecimento cursando apenas um módulo suplementar.

Portanto, o ensino modular trouxe alguns efeitos positivos decorrentes da maior inserção regional e das reflexões geradas pela necessidade de adequação às novas bases legais.

No entanto, a busca da inserção regional não deve ocorrer em detrimento da formação profissional, mas ao seu favor, pois essa é a missão primeira da escola.

Assim, o ensino modular trouxe a questão de como garantir a qualidade do ensino médio e do técnico e, também, a experiência prática dada pelo tempo em que o aluno interno permanecia na escola.

O fato de as escolas técnicas agrope-

cuárias do Estado de São Paulo apresentarem uma predileção pela agricultura familiar não constitui problema, uma vez que foi constatado que o profissional mais eclético responde bem tanto à produção familiar em pequena escala quanto às exigências dos grandes proprietários rurais. Inclusive a convivência com a complexidade e as dificuldades da agricultura familiar favorece seu desempenho nas grandes empresas. Um exemplo é a adequação dos técnicos formados nas escolas de Jales, Rancheira e Santa Cruz do Rio Pardo que vão trabalhar em grandes propriedades do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Outro exemplo é a preferência de empresa de reflorestamento pela contratação de técnicos agropecuários, tendo em vista sua formação ampla e sua experiência prática, o que não é encontrada nos técnicos florestais (PETTI et al., 2004).

Um aspecto destacado nas entrevistas é a necessidade de formação para a gestão e o empreendedorismo, que não tem sido suprida com eficácia pelos atuais cursos nos moldes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e SENAR. Alguns entrevistados acreditam que isso se deve a esses cursos se limitarem ao aspecto da racionalidade econômica, distanciando o aluno do mundo real, que é mais amplo. Faltaria, assim, uma abordagem sistêmica, considerando aspectos relevantes para a decisão do produtor, tais como: busca de estabilidade, bem-estar da família, fatores ambientais e outras inter-relações estabelecidas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostra que as medidas legais em vigor têm grande impacto nas escolas, flexibilizando e ampliando a oferta de cursos. No entanto, a formação do técnico de nível médio nos moldes anteriores é considerada bastante adequada às grandes empresas entrevistadas e às perspectivas de ascensão social dos alunos formados, mesmo quando trabalham em área diversa de sua formação.

Grande parte dos entrevistados expressaram preocupação com a qualidade do ensino agrotécnico. Além da necessidade de adaptar as tecnologias às condições regionais e àquelas específicas do produtor ou grupo de produtores; o técnico deve ser capaz de se adaptar às inovações que ocorrem à velocidade crescente.

Assim, faz-se necessária uma formação básica sólida, de forma que o profissional conheça os princípios básicos que regem as tecnologias para estar apto a adaptá-las e adaptar-se.

Segundo o MEC, a adaptação da educação profissional aos requisitos imediatos do mercado seria “*contrário ao ideário de formação de um sujeito autônomo e protagonista de cidadania efetiva*”. Por isso, propõe a revogação do atual decreto que regulamenta o ensino profissionalizante por não contemplar a articulação entre o ensino médio e o técnico, conforme prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (COUTO, 2004).

O estudo de mercado de trabalho rural e do agronegócio realizado confirma a necessidade de mudança nos mesmos moldes propostos pelo MEC. A partir das entrevistas realizadas, pode-se dizer que a adaptação da educação profissional a demandas imediatas do mercado e à difusão de tecnologias modernas também não respondem à demanda do próprio mercado para o profissional técnico de nível médio.

Não se deve, no entanto, minimizar a importância do PROEP, que estimulou grande discussão sobre o tema, levantando a necessidade de ampliação e flexibilização dos cursos de nível básico (qualificação e reprofissionalização independente de escolaridade prévia) e da reciclagem de profissionais de todos os níveis, além do estí-

mulo a maior integração com a comunidade local.

Tais resultados foram considerados bastante positivos, devendo-se, no entanto, cuidar da expectativa excessiva quanto ao papel da escola na região (PETTI et al., 2004). A integração da escola com os produtores, empresas, ONGs e órgãos governamentais pode ser considerada um excelente método de ensino, mas não é papel da escola substituir a assistência técnica e os centros de pesquisa. Outro cuidado a ser destacado é a maneira como a escola encara essa integração. Frente à insuficiência dos recursos destinados para custeio e a desfaçom salarial dos professores - que resultou no atual movimento grevista - a parceria como uma nova fonte de recursos de custeio e investimento não pode ocorrer em detrimento dos objetivos básicos e primordiais da escola⁴.

Finalmente, o acúmulo do debate trouxe a convicção aos componentes do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho da necessidade da constituição de um Sistema Nacional de Formação Profissional e da criação de uma Lei Orgânica da Educação Profissional a ser construída de forma mais coletiva (COUTO, 2004).

⁴Pois, à medida que as parcerias se transformam na principal fonte de recursos das escolas, a prioridade pela educação cidadã acaba sendo substituída pelas prioridades das fontes financiadoras.

LITERATURA CITADA

COUTO, C. A. **MEC apresentou proposta de novo decreto**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/Noticias/noticia251.shtm>>. Acesso em: 10 mar. 2004.

GUIA de orientação - PROEP: segmento comunitário. Brasília: MEC, s.d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: abr. 2004a.

_____. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/proep/conven.shtm>>. Acesso em: abr. 2004b.

PETTI, R. H. V. et al. **Estudo de mercado de trabalho como subsídios para a reforma da educação profissional no estado de São Paulo**. São Paulo: IEA/SEADE, jan. 2004. (Relatório final do contrato IEA/SEADE n. 083.03).

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Relatório do projeto estudos de mercado de trabalho como subsídios para a reforma da educação profissional no estado de São Paulo**. São Paulo, 1999.

ENSINO TÉCNICO AGROPECUÁRIO E O MERCADO DE TRABALHO

RESUMO: O IEA, em parceria com o SEADE, em 2003, realizou um estudo de mercado de trabalho para o técnico agropecuário no Estado de São Paulo. O estudo comprovou a necessidade do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), efetivado pelo Ministério de Educação, ratificando algumas de suas diretrizes. No entanto, o estudo mostrou a necessidade de ajuste em um princípio básico, o qual está contemplado pelo novo decreto proposto pelo MEC.

Palavras-chave: ensino técnico agropecuário, mercado de trabalho, técnico agrícola, técnico agropecuário.

TECHNICAL AGRICULTURAL EDUCATION AND THE LABOR MARKET

ABSTRACT: A 2003 joint-study by the Agricultural Economics Institute (IEA) and the State Data Analysis System Foundation (SEADE) assessed Sao Paulo state labor market for agricultural technicians. It confirmed the need for the Expansion Program of Professional Education (PROEP) (Proep), developed by the Ministry of Education (MEC) and ratified some of its guidelines. It also showed the need to adjust a basic principle of the Program, which is contemplated in the new decree law proposed by the MEC.

Key-words: agricultural technical school, agricultural labor work, agricultural professional, agricultural technician.

Recebido em 12/05/2004. Liberado para publicação em 25/06/2004.